

A política de cotas raciais e a pobreza

Em *Não Somos Racistas*, o jornalista Ali Kamel defende que o Brasil tem de resgatar todos os pobres e não só os pobres negros

Carlos Marchi

Os números não mentem jamais, a menos que sejam manipulados – esta é a principal arma do jornalista e cientista social Ali Kamel para desmontar um dos grandes mitos do Brasil atual, as políticas compensatórias (ou “ações afirmativas”, como se diz) para redimir a pobreza que penaliza a população negra. Kamel lembra que nem só os negros são pobres, mostra que os negros usam os pardos para engordar os números da miséria, mas depois os afastam dos benefícios, e, ao final, alerta para o perigo de o ódio racial instalar-se no Brasil.

Não Somos Racistas (Editora Nova Fronteira, 143 págs., R\$ 22) é um libelo contra o advento do ódio racial e responde à tese politicamente correta das ações afirmativas com uma tese mais politicamente correta ainda – o Brasil tem de resgatar todos os pobres, não só os pobres que são negros. Se não for assim, o que dizer aos milhões de pardos e brancos que são tão pobres quanto os pobres negros? “Quando pobres brancos, que sempre viveram ao lado de negros pobres, experimentando os mesmos dissabores, virem-se preteridos apenas porque não têm a pele escura, estará dada a cisão racial da pobreza”, adverte Kamel.

PARDOS SERIAM MAIS POBRES QUE OS NEGROS, SEGUNDO ESTATÍSTICAS

Ele mostra que o Brasil não é institucionalmente racista, apenas tem pessoas que são racistas. E posiciona o fim da democracia racial na década dos 50, pela ação da escola de Florestan Fernandes, da qual participava Fernando Henrique Cardoso. Para Kamel, quando chegou ao governo, FHC lembrou-se tanto do que tinha escrito que resgatou a idéia de criar ações afirmativas para os negros pobres. Adiante, o governo Lula – com seus movimentos populistas superlativos – abriu a porteira para as cotas raciais.

RAÇAS NÃO EXISTEM

O autor desmonta os argumentos usados para justificar as políticas de cotas. No preâmbulo, registra que, segundo a Ciên-



KAMEL – “Quando pobres brancos se virem preteridos por não terem pele escura, estará dada a cisão racial da pobreza”

cia, raças não existem. Depois, critica a decisão que dividiu o Brasil em brancos e negros, quando o governo FHC decretou que os documentos oficiais deveriam juntar os “pardos”,

“mulatos” e “pretos” sob um só rótulo – “negros”. A partir daí, oficialmente não houve mais pardos, mulatos e cafuzos de variadas nuances – só negros.

Essa decisão viabilizou o

principal argumento dos militantes negros – de que os negros são 48% da população e 65,8% dos pobres. Nem uma coisa nem outra, prova Kamel. Debulhando números do IBGE e

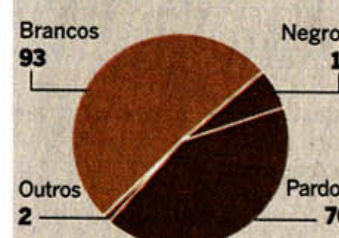
NÚMEROS

Para Kamel, nada nas estatísticas prova que a desigualdade é causada por racismo

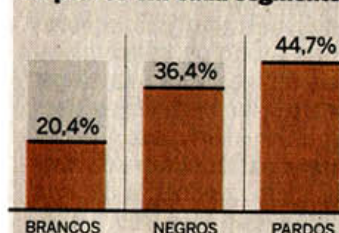
Distribuição da população

EM MILHÕES DE HABITANTES

Total: **182 milhões**



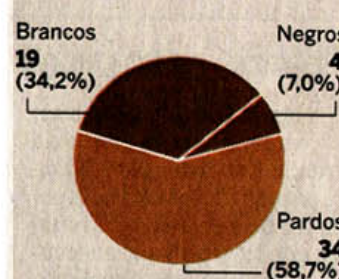
Os pobres em cada segmento



Distribuição da população pobre

EM MILHÕES DE HABITANTES

Total: **57 milhões**



A verdade das favelas

22% das favelas do Rio de Janeiro têm mais brancos que negros e pardos

Nas favelas de todo o País, **59,7%** são negros e pardos e **40,3%** são brancos

FONTE: PNAD

INFOGRÁFICO/AE

da PNAD, ele mostra que os negros são 6,4% da população (11 milhões); os pardos são 41,7% (76 milhões); e os brancos, 51% (93 milhões). Dos 57 milhões de pobres, 34 milhões são pardos (58,7% do total), 4 milhões são negros (7%) e 19 milhões são brancos (34,2%).

Entre os pardos, os pobres são 44,7%; entre os negros, 36,4%; e entre os brancos, 20,4%. Ou seja: mediante qualquer critério, os pardos são mais pobres que os negros. Nada nas estatísticas prova que a desigualdade é causada por racismo, diz Kamel.

Na afirmação mais polêmica

do livro, Kamel diz que os números relativos aos pardos – percentualmente, os brasileiros mais pobres – serviram para engordar as estatísticas de pobreza dos “negros”. Mas na hora de distribuir os benefícios, boa parte dos pardos (seguramente, os que estiverem mais para pardos/brancos) são excluídos dos benefícios. O autor ironiza: o pardo é um negro meio branco ou um branco meio negro? E completa: “Chamar um pardo de afro-descendente é mais que inapropriado, é errado.”

Kamel traz duas novidades arrepiantes: a primeira é que nos EUA, a política de cotas beneficiou uma elite de negros que já tinha saído da linha da pobreza – a grande maioria pobre ficou fora dos benefícios. A segunda é que as políticas compensatórias nunca serão abolidas, porque nenhum político terá coragem de propor o seu fim. Ele diz que a política de cotas é a “importação acrílica” de uma política americana que não cabe à estrutura social brasileira e que sua implantação extingue os critérios meritocráticos.

Com argumentação convincente, Kamel afirma que o propalado desnível salarial entre brancos e negros não tem fundamento racista: ganham menos sempre os que têm menos escolaridade. E lista a série de

DESNÍVEL SALARIAL ENTRE BRANCOS E NEGROS NÃO TERIA ORIGEM RACISTA

procedimentos bizarros que se seguiram à implantação da política de cotas nas universidades. Relata que a funcionária do IBGE que o ajudou a coletar números se disse “parda como a (atriz) Glória Pires”.

Kamel defende que o Brasil invista maciçamente em educação para erradicar a pobreza de todas as cores humanas. Em outro instigante livro (*A Persistência da Raça*, Civilização Brasileira), o sociólogo Peter Fry dá a pista para a chave do enigma: “O custo de um choque de qualidade nos territórios pobres do País é vultoso, ao contrário da política de cotas, cujo custo é quase zero”. A política de cotas pode não ser a solução mais adequada, mas é a mais barata e, portanto, a mais conveniente e fácil para os governos. ●

“É necessário investir em educação pública”

Autor sustenta que esse seria o único caminho para solucionar as desigualdades sociais, que nascem da miséria

A política de cotas raciais fará explodir no Brasil o ódio racial, um tipo de manifestação que até aqui desconhecíamos. Ela é injusta e excludente porque deixa de fora dos benefícios 19 milhões de brancos pobres e boa parte dos pardos, afirma o jornalista e cientista social Ali Kamel, autor de *Não Somos Racistas*. Ele adverte que as estatísticas mostram que o Brasil é desigual e que os pardos e negros são maioria entre os pobres. “Mas nenhuma estatística mostra que a razão disso é racismo”, diz.

Kamel, que é diretor-executivo de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, diz que se as universidades cobrassem um exame de DNA para a inscrição no vestibular, poucos candidatos ficariam de fora da política de cotas: “Se o critério fosse genético, as cotas cobririam toda a Nação”, assegura, lembrando que estudos já demonstraram que 87% da população brasileira têm mais de 10% de ancestralidade genômica africana. Eis a entrevista:

Não há risco de os diplomas dos que usarem as cotas para entrar na universidade sejam menos-prezados no futuro?

Isso aconteceu nos EUA. Thomas Sowell, um economista de Stanford que estudou o assunto por anos, me disse que os ne-

gros caminharam por si, num esforço maravilhoso, mas hoje, por causa das cotas, cujo efeito foi mínimo, muitos brancos acreditam que o sucesso dos negros se deveu a algum tipo de generosidade. Infelizmente, para horror meu, nas universidades brasileiras que adotaram as cotas esse tipo de avaliação começa a surgir.

O senhor diz que a política de cotas é injusta e excludente. Por quê?

O cerne da defesa das cotas é que elas visam a incluir os negros, sempre excluídos do processo. Mas se esquecem de que elas deixam de fora 19 milhões de pobres que se autodeclararam brancos. Isso é perverso, não pode acabar bem, não pode ter um bom resultado. É preciso investir pesadamente em educação pública de qualidade para todos os pobres, de qualquer cor. Eu quero viver num mundo em que todos tenham oportunidades iguais. Os que querem dividir o país em raças não se dão conta de que quando isso acontece, o racismo é alimentado. Isso não é remédio. É veneno.

O senhor fala em surgimento do ódio racial. De onde ele virá?

As cotas nasceram de um movimento bem-intencionado que, no entanto, não mede as

consequências no futuro. A experiência mostra que onde as cotas foram adotadas deram origem ao rancor de grupos excluídos. Não digo que isso vai acontecer aqui. Mas ao cindir racialmente a pobreza, a possibilidade que surjam rancores que até aqui não existiam é grande.

Os pardos estão percebendo que foram usados?

Acho que ainda não se deram conta. Muitos não sabem em que categoria se incluir. Quando se derem conta, verão que são contados como negros, sem que tenham os benefícios. Um pardo de tonalidade clara, cabelo liso e nariz afilado entra na conta dos negros, mas no vestibular vai ficar de fora, porque, segundo as regras de algumas universidades, quem não tem cabelo pixaim, nariz achatado e lábios grossos não entra. O potencial de conflito que existe nisso é imenso. Veja o caso do jogador Ronaldo. Ele se declarou branco e desabou uma tempestade: foi retratado como racista, como se não aceitasse a sua origem. O que poucos perceberam é que o racismo estava na cobrança. Se Ronaldo se vê branco, ótimo, não tenho nada a ver com isso. Mas se ele não fosse famoso e tentasse entrar na UnB, a foto dele o barraria como negro.

Por que os pardos não reclamaram por terem sido usados para engrossar as estatísticas?

Porque provavelmente não sabem disso. No dia que os pardos, seja essa categoria o que for, descobrirem que engordam os dados sobre a pobreza “negra” mas estão fora dos benefícios, a surpresa será grande. No discurso, dizem que os pardos estão incluídos. Na vida real, universidades estão julgando as pessoas pela aparência e deixando os mais claros de fora.

O senhor aceita alguma hipótese de ação afirmativa?

Num país como o nosso, com uma legislação a-racial, o ideal é investir tendo em mente os pobres, que são milhões. Divididos segundo a cor é um despropósito. Eu me esforço para demonstrar, no livro, que há uma desigualdade grande entre negros e brancos. Mas nada nos autoriza a dizer que a razão da desigualdade seja o racismo. Dizer que os negros têm indicadores sociais piores do que os brancos é o mesmo que dizer que os mais pobres têm indicadores sociais piores do que os mais ricos. É ridículo.

Por que não se exige logo o exame de DNA na inscrição para o vestibular?

Não fazem isso porque sabem

que estudos já demonstraram que no Brasil, 87% da população tem mais de 10% de ancestralidade genômica africana. Somos uma mistura. Se o critério fosse genético, as cotas seriam para toda a Nação. No Brasil, há negros com ances-

tralidade genômica majoritariamente europeia e brancos com ancestralidade genômica majoritariamente africana. E quando populações se misturam, como no nosso caso, a cor da pele se limita a ser uma característica vazia. ● C.M.

PÓS-GRADUAÇÃO CINEMA DOCUMENTÁRIO

Íncio: 02 de setembro de 2006
Aulas aos sábados, das 9h às 18h.
Coordenação: Eduardo Escorel

Escola de Economia de São Paulo

0800 772 2778
www.fgv.br/eesp



CPDOC
EESP
IDE